

- SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL;
- ILUSTRES DEPUTADOS E COLEGAS;
- SENHORES MINISTROS E DIGNOS REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO NESTA REUNIÃO

O Grupo Parlamentar do MPLA fiel ao carácter de quadros e de massas do seu Partido, o MPLA, está e sempre esteve aberto à sociedade, aliás, com a qual coopera nos moldes por si definidos, para atingir os objectivos maiores da Governação do País, que é o de servir as angolanas e os angolanos e satisfazer as suas aspirações.

Esta sessão vai apreciar na generalidade a proposta de Lei do Código Penal, diploma que já havia sido apreciado na legislatura anterior, só não tendo sido aprovado em virtude de se ter julgado conveniente a sua aprovação decorrer num ambiente de maior serenidade pós- eleitoral. O Grupo Parlamentar do MPLA votará favoravelmente, para que, na especialidade, caso ainda persistam as diferenças de opinião sobre a interrupção da gravidez, se possam buscar com a sociedade civil e as igrejas cristãs, a

melhor formulação que satisfaça os interesses das partes envolvidas , incluindo os do Estado.

Esta sessão, vai também aprovar a proposta de Lei sobre o Investimento Privado. Sobre esta lei gostaríamos destacar as contribuições do Grupo Parlamentar do MPLA que culminaram com a redução para o mínimo possível , das intervenções administrativas e consequentemente as decisões discricionárias, contribuindo deste modo para reduzir igualmente senão impedir a prática de acções eticamente condenáveis. Uma atenção especial foi prestada à província de Cabinda que, pelas suas características, passa a constituir uma zona exclusiva .

Finalmente e com realce, vamos ainda aprovar a proposta de lei sobre o repatriamento de capitais detidos no exterior do País.

EXCELÊNCIA SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA NACIONAL

-CAROS DEPUTADOS

ANGOLANAS E ANGOLANOS

Este projecto de Lei foi objecto de consulta pelo nosso Grupo Parlamentar na sua sede, à certas e determinadas entidades privadas e organizações

profissionais e representativas de classe, bem como, ao nível do Parlamento, objecto de contribuições por deputados de vários quadrantes, tendo sido adoptadas aquelas que no seu conjunto, não põem em causa o objectivo original da proposta de lei.

ANGOLANAS E ANGOLANOS, CAROS COMPATRIOTAS

A aprovação deste projecto de Lei pode permitir, fazer regressar ao País, valiosos recursos financeiros que, postos ao serviço da economia, contribuirão seguramente para ultrapassar algumas das dificuldades com que vivemos presentemente, nomeadamente na esfera da criação de empregos, sobretudo para os nosso jovens.

A proposta em causa, inclui também medidas em linha com o que a nossa realidade recomenda, tendentes a acelerar a diversificação da economia, a geração de mais empregos e a diversificar as fontes de financiamento à balança de pagamentos do País.

Depois de divagações e interpretações enfiadas por parte de alguns, eis que hoje posso assegurar à

todos de que a proposta de lei com as emendas que lhe foram introduzidas, protege o Estado e respeita a legislação interna aplicável e garante a observância igualmente dos compromissos assumidos ao nível internacional.

Não é pois justo, nem intelectualmente honesto ou politicamente defensável o que determinadas pessoas, perfeitamente identificadas, passaram pelas mais variadas formas e meios, a ideia segundo a qual esta proposta de lei não protege os interesses do Estado e dos Angolanos.

A falta de civismo, urbanidade e respeito da presunção de inocência, princípio basilar do nosso Estado de Direito, é algo que gostaríamos que de futuro não estivesse presente quer no vocabulário dos Deputados quanto no dos membros da sociedade civil que pretendam contribuir com ideias ou soluções de interesse nacional.

Agindo assim, estarão em muito ajudando a reforçar a nossa democracia, já que, não é ofendendo, mentindo, falando mais alto e partir de ideias pré concebidas que se contribui para a construção de pontes, rumo ao tal propalado e desejado consenso. Para terminar, gostaria de sublinhar que, pertencendo a iniciativa legislativa ao Presidente da Republica, aos Deputados e aos Cidadãos nos termos da Constituição e da Lei, o Grupo Parlamentar do MPLA, nos marcos acima referidos e, entendido que, tem como um dos grandes objectivos viabilizar no Parlamento a acção governativa do Executivo que

suporta, esteve, está e estará sempre disponível para consensos desde que, respaldados na promoção do interesse nacional, na defesa da legalidade, no reforço do princípio da concórdia e no respeito dos princípios e valores da democracia.

Obrigado pela vossa atenção

Maio, 17, 2018